

Um só ministério para a saúde

A reformulação do atual sistema nacional de serviços médicos e sanitários foi reivindicada, com grande vigor, pelos quase mil delegados oficiais e pelos quatro mil legítimos representantes da sociedade brasileira na 8ª Conferência Nacional de Saúde, encarregada nos meados de março último, em Brasília. É o que fica ressaltado no relatório final contendo as conclusões e recomendações do encontro.

Os serviços médicos e sanitários, tanto os de natureza preventiva como os de caráter curativo, precisam reorganizar-se sob o comando de um só ministério para formar um sistema único de saúde. Pelo mesmo motivo, os serviços estritamente previdenciários deverão agrupar-se sob a égide de um ministério específico. Por isso, o relatório final do encontro preconiza que sejam separados os serviços de saúde e os de previdência.

Para os autores do documento, o principal objetivo a ser alcançado é um sistema único de saúde, que se caracterize pela expansão e pelo fortalecimento dos serviços mantidos pelo poder público municipal, estadual e federal, não hostilizando os serviços privados. A seu ver, "o relacionamento do poder público com a rede privada de serviços deve fundamentar-se no controle efetivo sobre as operações dessa rede".

Por isso, esclarecem os autores do relatório final, "os prestadores de serviços privados passarão a ter controlados seus procedimentos operacionais e direcionadas suas ações no campo da saúde, sendo ainda coibidos os lucros abusivos". Adverte o relatório: "Com o objetivo de garantir a prestação de serviços à população, deverá ser considerada a possibilidade de expropriação dos estabelecimentos privados, em caso de inobservância de norma estabelecida pelo poder público".

Para rejeitar o centralismo introduzido pelo regime militar, o relatório final da 8ª Conferência promete recuperar "o caráter federativo de nossa República", restituindo ao poder público estadual e municipal suas respectivas competências na estruturação e gestão dos serviços médicos e sanitários. Assim, "o sistema único de saúde deve reforçar o poder político, administrativo e financeiro dos Estados e municípios", salientam os autores do documento.

E destacam ainda: "Todos os serviços federais de caráter local que tenham relação direta com o atendimento da população serão transferidos aos Estados e municípios, segundo planos e programas a serem elaborados conjuntamente com as instituições participantes e as representações da sociedade organizada, que considerem a viabilidade política e a facilidade técnico-financeira da transferência".

Segundo o documento, "o nível municipal terá seu papel definido de acordo com as características e peculiaridades de cada caso, exercendo esse papel em estreita coordenação com o nível estadual". Acrescenta que "o município terá a seu cargo, como diretriz básica e como responsabilidade mínima, a gestão dos serviços básicos de saúde", que são os mais procurados pela comunidade local.

Mais adiante, propõe o relatório final da 8ª Conferência: "Os municípios de grande porte terão a seu cargo a gestão integral do sistema municipal de saúde. Naqueles municípios em que não hajam condições imediatas para assumir a gestão do sistema municipal, ela será realizada conjuntamente pelo poder público municipal e pela Secretaria Estadual de Saúde".

Recomenda também o documento que "os hospitais universitários e os destinados às Forças Armadas devem estar totalmente integrados ao sistema único de saúde, sem prejuízo de suas funções de ensino, pesquisa e prestação de serviços a seus beneficiários tradicionais". A municipalização dos serviços básicos de saúde é uma diretriz que já pode ser incorporada à política do atual Governo Federal.

Outra diretriz preconizada no documento: "A maior participação do poder público como prestador de serviços é viável, justa e socialmente desejável. Para isso, basta o aprimoramento de seus procedimentos gerenciais, de modo que possa operar com maior eficiência no atendimento à população (A.E.)